

O Parque das Nações em Lisboa
Uma Montra da Metrópole à Beira-Tejo

Patrícia Pereira

O PARQUE DAS NAÇÕES EM LISBOA

UMA MONTRA DA METRÓPOLE À BEIRA-TEJO



LISBOA, 2017

© Patrícia Pereira, 2017

Patrícia Pereira

O Parque das Nações em Lisboa. Uma Montra da Metrópole à Beira-Tejo

Primeira edição: outubro de 2017

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-XX-X

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Imagem da capa:
Revisão de texto: Ana Valentim
Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: editora.cies@iscte.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros.....	vii
Agradecimentos.....	ix
Prefácio. Cidade em obras, cidade reinventada. Modos de ver e viver os territórios transformados.....	xi
Apresentação	xv
Introdução. “Bem-vindo a bordo”	1
1 A transformação de frentes de água urbanas como processo urbano .	15
Metropolização, globalização e desigualdades sociais	17
Frentes de água enquanto “montras” metropolitanas.....	25
As frentes de água urbanas lidas a partir da noção de gentrificação.....	34
Espaços públicos no novo <i>waterfront</i>	46
2 O Parque das Nações. Um caso de gentrificação em Lisboa?.....	53
Sobre o processo de metropolização de Lisboa (1960-2011)	54
Elementos para uma história da frente ribeirinha oriental de Lisboa....	59
Investimento de capital económico numa área desinvestida	64
Substituição, deslocação e elitização	78
O lugar da memória no processo de renovação urbana	99
3 Génese de uma frente de água urbana para o século XXI.....	107
Das propostas do plano de urbanização ao Parque das Nações	109
Estratégias culturais para a criação do ambiente urbano do Parque das Nações	122
A “economia política urbana” do Parque das Nações	137
4 Espaços públicos e sociabilidades	155
Sociabilidades, segurança e insegurança nos espaços públicos	158

Tranquilidade e animação: o Terreiro dos Corvos e a Rua da Pimenta .	162
Consumo e sociabilidade	169
Sociabilidades virtuais, encontros locais.....	174
A experiência urbana do turismo	178
Espaços públicos, sociabilidade e apropriação política.....	183
Considerações finais	187
Uma questão de escala	189
Uma leitura do processo de transformação urbana à luz do conceito de gentrificação (por nova construção)	190
A nova freguesia do Parque das Nações	191
Produção e vivência dos espaços públicos	192
Referências bibliográficas	195
Livros, capítulos, artigos e outros documentos	195
Imprensa	208

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1	Vista da Rua Nova.....	67
2.2	Mapa da ZI e fotografia aérea do Parque das Nações.....	77
2.3	Fotografia da Rua Nova	84
2.4	Fotografia de família no descampado perto do matadouro	87
2.5	Fotografia de um residente, no Beco de Santo António	89
2.6	Fotografia da Torre Galp	102
3.1	Fotografia da zona central do Parque, a sul da Gare do Oriente	110
3.2	Fotografia da zona central do Parque, o casino	111
3.3	Mapa do porto interior de Boston	113
3.4	Fotografia da “parede” de prédios na Av. D. João II.....	117
3.5	Moscavide.....	117
3.6	Conjunto de fotografias da Gare do Oriente e suas imediações	118
3.7	Conjunto de fotografias da Matinha (a sul do Parque das Nações)	119
3.8	Fotografia das Casas do Tejo	125
3.9	Fotografia da Torre de S. Rafael.....	126
3.10	Conjunto de fotografias dos murais numa das casas de banho do Centro Comercial Vasco da Gama	127
3.11	Anúncio do empreendimento Miradouro do Parque	130
3.12	Anúncio ao empreendimento Gávea	131
3.13	Anúncio ao condomínio Espelho do Tejo.....	132
3.14	Anúncio da Parque Expo: Cidade Imaginada	132
3.15	Anúncio ao Condomínio das Nações.....	133
3.16	Panfleto da campanha da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações (AMCPN)	146
3.17	Mapa da nova organização administrativa de Lisboa	148
4.1	Conjunto de fotografias da zona envolvente à Gare do Oriente e Centro Comercial Vasco da Gama durante as cimeiras.....	159
4.2	Fotografia do Terreiro dos Corvos	163

4.3	Fotografia da Rua da Pimenta durante o Portugal-República Checa ...	166
4.4	Conjunto de fotografias da Feira Rural — Loures/Parque das Nações	168
4.5	Fotografia do Faneuil Hall Market Place e fotografia do Centro Comercial Vasco da Gama	172
4.6	Conjunto de fotografias da Lady Gaga Flash Mob.....	175
4.7	Capas dos programas do Festival dos Oceanos e do Boston Harborfest.....	180

Quadros

2.1	População e taxas de crescimento intercensitárias do concelho de Lisboa (1930-2011).....	53
2.2	Evolução da repartição da população da cidade de Lisboa entre 1960 e 2011 segundo ciclos de crescimento centrífugo	53
2.3	Peso da população residente no concelho de Lisboa e nos seus concelhos limítrofes sobre a população total do continente (1940-2011)	55
2.4	Proveitos operacionais da venda de terrenos e frações da Parque Expo	74
2.5	A evolução demográfica da Zona de Intervenção da Expo'98/Parque das Nações, das freguesias e concelhos nos quais está inserido e na metrópole de Lisboa (1991-2011).....	79
2.6	Dados sobre a população na ZI/PN (1991, 2001 e 2011)	80
2.7	Núcleos habitacionais, fogos, famílias e indivíduos na ZI (1994).....	83
3.1	Toponímia e estruturas públicas do Parque das Nações por temas	124
3.2	Cronologia da criação da freguesia do Parque das Nações	149
4.1	Tipologia de uso e gestão dos espaços públicos urbanos.....	156

Prefácio

Cidade em obras, cidade reinventada. Modos de ver e viver os territórios transformados

Luís Baptista

Muitos dos que estudam o mundo urbano não param de se surpreender com o ritmo a que as mudanças vão surgindo e transformando os territórios que convencionalmente chamamos cidades. Já parecem distantes no tempo os processos de expansão das cidades para os seus arredores, designados por suburbanização, e que se foram espalhando a um ritmo progressivamente mais rápido dos países ditos mais desenvolvidos para os restantes. Também já parecem longínquos os processos de ocupação paulatina dos lugares mais aprazíveis para o lazer, apelidados de turistificação, e que colocaram na dependência desta atividade um número crescente de regiões e países. Mesmo a transformação urbana dos campos em países como Portugal começa a ser uma referência passada.

O que temos hoje é todos esses fenómenos a ocorrerem em simultâneo, acelerados por dinâmicas de mudança baseadas numa muito maior mobilidade das populações e pelo forte investimento no setor imobiliário para o turismo global. A globalização económica é real e o conceito de gentrificação ganhou lugar de relevo num tempo em que todos os territórios podem ser palco de reconversão para novos usos.

Os termos de referência que nos balizavam as ideias sobre o que é a cidade, a metrópole, o centro da cidade, as novas centralidades, os espaços públicos foram varridos por uma febre de colocar todos os territórios “no mapa”, o que significa pensá-los sempre num plano competitivo. O lado menos luminoso desta competição tem a ver com a forma como são afetados os modos de viver a cidade. Em primeiro lugar, por transformar a cidade em estaleiro permanente e, em segundo lugar, por obrigar a permanentes mudanças na vida dos residentes e dos utilizadores quotidianos. Face a estes, os turistas surgem, pela sua massificação, como o inimigo identificado, ao mesmo tempo que o imigrante que chega às cidades vê a sua condição precarizar-se num ambiente de acrescida tensão social. Se os velhos problemas da cidade não ficaram resolvidos, nomeadamente as profundas desigualdades sociais no uso e apropriação do espaço urbano, estas novas tensões, reedição elaborada das anteriores conflitualidades, ganham protagonismo mediático.

Lisboa, que ainda há poucas décadas parecia adormecida nas suas dinâmicas internas, apesar da sua condição de capital e antiga sede de um império, é despertada por sucessivas convulsões que acercam o país, em décadas sucessivas, começando pela descolonização, a integração europeia, a chegada de largos milhares de imigrantes e mais recentemente de turistas. A entrada na modernidade avançada foi rápida e desnorteadora.

A isso responderam os poderes públicos em consonância com a necessidade de entrar na competição global. Para tal foi particularmente relevante a adesão nacional a grandes eventos, sobretudo os culturais. E com eles a necessidade de mexer na cidade, de a reordenar e logo, inevitavelmente, mexer na vida de populações.

Como foi então afetada a vida da cidade e dos habitantes com estas iniciativas? Centremo-nos na Exposição Mundial de 1998 em Lisboa, a Expo'98.

O que pode uma intervenção territorial programada a título excecional fazer numa cidade envelhecida para a tornar mais dinâmica e estimulante? Recordemos que se tratou de um competição internacional de cidades em que a vencedora teria que sediar por alguns meses uma centralidade turística global que lhe daria projeção no panorama internacional. Tendo a candidatura de Lisboa vencido a competição, foi necessário promover a título excecional uma transformação numa parte bloqueada da cidade que a ligava à sua frente de água. A globalização antes de tudo económica chegou assim: fez da cidade campeã um lugar mais visível no mapa das urbes a visitar. Estamos nos anos 90 em Lisboa num contexto de depressão finissecular em que a democracia ainda há pouco conquistada não parecia trazer a prosperidade e o enriquecimento do país que os primeiros anos pós-1974 tinham antevisto. Com uma perceção iminentemente positiva da maior parte da população, a cidade entra no circuito turístico global.

Com este pequeno retrato se desenha a emergência desta nova centralidade metropolitana. Lisboa tinha saído do período colonial sem ainda ter ganho um novo posicionamento no contexto europeu e internacional que a sua história ímpar poderiam prever. Vinte anos após a mudança de regime, a cidade tivera uma primeira oportunidade como Cidade Capital Europeia da Cultura, em 1994, mas será com a Exposição Mundial de 1998, centrada no tema dos oceanos, que é colocada num plano de maior visibilidade internacional. Muito marcada pela perspectiva transatlântica, esta exposição seria antes de mais pretexto para “fazer cidade”, como então foi notado por vários investigadores.

Lisboa iniciava uma nova fase de integração na competição internacional das cidades acolhedoras a visitar. Seguiu os passos de muitas outras cidades europeias e norte-americanas que serviam de referência, nomeadamente Barcelona e Sevilha. E este dado é muito relevante passados agora 20 anos, quando a cidade vive o dilema do crescimento turístico, então tão desejado, e hoje tão questionado.

O que o trabalho agora publicado em livro de Patrícia Pereira nos traz antes de mais é o voltar a situar-nos no tempo da transformação dessa parte oriental que parecia nos anos 90 perdida para sempre na história de um império acabado e onde se localizava a área degradada de um porto desajustado aos novos desafios da economia global e mantendo as suas populações numa condição periférica.

Como a autora analisa de forma exaustiva e muito cuidada, a transformação de uma área periférica da cidade em centralidade metropolitana, alicerçada na valorização da frente de água, mostra do que se pretendia como imagem de uma metrópole renovada, não foi um processo simples nem isento de conflitualidade. Os conflitos em termos da solução urbanística e residencial encontrada para zona levou a debates acalorados entre técnicos, políticos, proprietários e movimentos cívicos, mas também implicou a mudança de populações afetadas pelas obras de construção deste importante equipamento urbano. Patrícia Pereira dá-nos conta de forma muito clara e estimulante daquilo que podemos chamar um caso de gentrificação. O debate que promove em torno deste conceito e que aplica à sua investigação conduz-nos à questão da alteração do lugar, dos usos e das suas populações. É o que faz ao longo dos segundo e terceiro capítulos em que abre caminho para explicar como de um lugar periférico da cidade se constrói uma identidade “classe média” consumada com a criação da freguesia do Parque das Nações, designação para a área de intervenção após o encerramento da Exposição Mundial. Esta freguesia no limite do município de Lisboa, aberta à área metropolitana, está contudo rodeada por vizinhanças que não foram modificadas na sua morfologia com o evento excecional. À construção de uma identidade induzida pela transformação urbana opõe-se uma continuidade morfológica e social nas zonas envolventes, o que vem intensificar a discussão acerca das desigualdades sociais na ocupação do território, acerca da ideia da criação de guetos para as populações mais afortunadas economicamente. Daqui resulta um novo quadro relacional na zona oriental ainda em requalificação e que marca fortemente a forma como a cidade existe e como se estabelece o contacto entre as populações vizinhas. O espaço de abertura cosmopolita, com a chegada já no século XXI de novos residentes a esta zona, com a presença de visitantes que chegam de todo o lado e a estação ferroviária do Oriente, ícone de modernidade, contrasta com as zonas envolventes ainda herdeiras vivas da cidade do século XX.

Fica para a parte final do livro, o quarto capítulo, a questão das sociabilidades locais e o debate que permite pensar a multiplicidade de sociabilidades que ocorrem neste espaço público programado e que envolvem populações muito distintas. É de salientar, por um lado, como de toda a área metropolitana e mesmo de todas as partes do país se deslocam para este território grupos de consumidores das atividades programadas e, por outro lado, como este lugar se tornou uma referência para o turista global que encontra aqui condições ótimas de acolhimento com equipamentos e *habitats* aprazíveis. O Parque das Nações constitui uma área de destinação lúdica, que a autora caracteriza de forma aprofundada através de uma observação continuada e comparada com o caso da frente de água de Boston. Fica no ar o debate sobre o futuro dos espaços públicos e as formas de usos que as cidades renovadas promovem.

Em conclusão, podemos dizer que se trata de um livro cuja leitura se aconselha a todos os que se interessam pelas transformações das cidades, hoje pensadas na escala metropolitana. O cenário são as sociedades capitalistas atuais, globais e que favorecem a interatividade segundo um princípio de incessante alargamento da lógica de mercado, o que tem contribuído fortemente para fazer das cidades que

conhecíamos ainda há poucas décadas memória dos lugares globais em que hoje interagimos.

Este livro recorda, por fim, que os novos lugares onde vivemos, trabalhamos e nos divertimos têm uma história, uma razão de ser e que o futuro mesmo que orientado por um rumo definido pelos interesses dominantes da economia global ainda assim depende em boa medida daquilo que os cidadãos fizerem dele e de como lutarem para o garantir.

Introdução

“Bem-vindo a bordo”

Lisboa, como grande parte das cidades portuárias em todo o mundo, tem vindo a ser afetada por processos de transformação de alcance global que têm alterado de forma decisiva os espaços urbanos e as formas como os urbanitas se relacionam com eles. As mais importantes cidades portuárias são pontos importantes num complexo sistema comercial internacional, competindo entre si por uma melhor posição nessa rede global. Para tal, as instituições públicas, nacionais e municipais, têm vindo a criar infraestruturas e políticas para atrair investimento, novas empresas e negócios, equipamentos de lazer e consumo, tentando reorientar as cidades no sentido dos interesses dos investidores globais e móveis, de forma a obterem vantagens nesta lógica competitiva “em rede” (Kokot, Gandelsman-Trier, Wildner e Wonneberger, 2008) e a tornarem-se relevantes no âmbito dos negócios e turismo internacionais. É neste contexto que as cidades portuárias se constituem como pontos de observação privilegiados da globalização; são também lugares onde, nas suas formas mais concretas, “se articulam, ou até se afrontam, as lógicas do local e do global” (Rodrigues-Malta, 2008: 9).

Nestas cidades, os grandes eventos ligados à cultura têm vindo a ser considerados pelos decisores políticos e planeadores urbanos como oportunidades para levar a cabo projetos de reconversão urbana e projetar internacionalmente as cidades que os acolhem. A legitimação dos investimentos públicos que acarretam tem vindo a efetivar-se através de uma retórica que acentua a sua capacidade de promover o desenvolvimento económico a nível local, de regenerar áreas urbanas e de projetar internacionalmente imagens competitivas e apelativas das cidades onde têm lugar (C. Ferreira, 2005: 72).

A cultura é instrumentalizada enquanto base da economia simbólica da cidade pois funciona como estratégia de atração de capital e enquadramento espacial. A produção do espaço é, nesse sentido, a produção de uma representação visual (Zukin, 1995). Ou seja, para comercializar a marca de uma cidade, atrair investimento e consumidores é necessário que o espaço urbano seja (visualmente) atrativo, seguro e que suporte uma vida pública e práticas sociais adaptadas às

populações que detêm recursos para investir e consumir (Degen, 2008; Sieber, 1993, 1999; Thörn, 2006; Zukin, 1995).

Na última década do século passado, a Expo'98 constituiu uma oportunidade para, através da reconversão da sua faixa ribeirinha oriental, “redefinir simbolicamente” (Pujadas e Baptista, 2000: 295) a expansão metropolitana de Lisboa e redesenhar a sua imagem enquanto cidade contemporânea e internacional.

A Expo'98 permite, de novo, o encontro de povos e culturas em torno de um tema decisivo para o futuro da humanidade, “Os oceanos, um património para o futuro”. A realização da Expo'98 permitiu igualmente a oportunidade única de recuperar urbanística e ambientalmente, em prazo curto, uma zona importante dos municípios de Lisboa e Loures, potenciando o desenvolvimento económico e social, a modernidade e a afirmação internacional da área metropolitana de Lisboa como centralidade europeia. (Resolução do Conselho de Ministros 68/98)

Almejava-se então a criação de uma nova centralidade urbana, através da transformação de uma parte da cidade até então ocupada sobretudo por infraestruturas portuárias, industriais e de armazenagem e habitação de baixa qualidade. Um projeto de reconversão urbana foi posto em marcha para construir o recinto da Expo'98, a funcionar após o evento como área de serviços e lazer, assim como um novo e atrativo bairro de Lisboa no seu entorno, no qual a qualidade de vida seria de exceção. O projeto envolveu o desmantelamento das infraestruturas industriais, portuárias e de armazenagem, mas também a deslocação de populações com baixo poder socioeconómico residentes na área e em alguns bairros próximos, configurando um processo que Loretta Lees e Mark Davidson denominaram *new build gentrification* (Davidson e Lees, 2005, 2010). Segundo o *site* da Parque Expo, esse ponto de partida permitiu que “o planeamento urbano fosse traçado em termos das necessidades da cidade ideal”.¹

O Parque das Nações, como passaram a chamar-se os 340 hectares da Zona de Intervenção (ZI) da Expo'98, tornou-se assim um novo espaço emblemático da metrópole, valorizado para residência de classes médias e elites urbanas e instalação de empresas, comércio e serviços. Aparece também como um espaço urbano cujos equipamentos culturais, e sobretudo os espaços públicos e vastas zonas verdes bem cuidados, se tornam atrativos para a realização de atividades de lazer de indivíduos das diferentes categorias populacionais características da nova morfologia social das cidades: residentes, trabalhadoras e utilizadoras (Martinotti, 1996).

Concebidos como lugares apetecíveis para fins lúdicos, e logo como produtos mercantilizáveis (Baptista, 2005: 47), os espaços públicos da nova cidade ideal ou *cidade imaginada* — expressão utilizada para denominar o projeto e empregue na campanha publicitária inicial do Parque das Nações — não se configuraram como meros corredores concebidos para a circulação rápida, mas adquirem estatuto de espaços de vivência, tornando-se contextos físico-espaciais de sociabilidades, passíveis de

1 www.parqueexpo.pt, acedido a 22/11/2011.

serem apropriados por diversos grupos sociais para múltiplas utilizações (Korosec-Serfaty, 1991). Constituem um elemento fundamental da estratégia de renovação urbana que passa pela criação de uma cultura pública que envolve quer criar espaço público para a interação social, quer construir uma representação visual da cidade (Zukin, 1995: 24).² Nesta renovada área da cidade, a desindustrialização e a transição para uma economia de serviços pós-industrial originaram profundas alterações nas práticas materiais e sociais e na sua representação simbólica (Zukin, 1993: 3-17). Assim, uma área urbana esquecida transformou-se num cenário que encerra a materialidade, os símbolos e a funcionalidade de algumas das dimensões mais poderosas da contemporaneidade: o consumo de lazer, os negócios e a criatividade. Neste plano, é útil lembrar que a criação das novas paisagens urbanas se baseia na destruição de outras paisagens, numa mudança de perspetiva na paisagem do poder económico (Zukin, 1993: 29).

Do ponto de vista da gestão urbana, o Parque das Nações constituiu até 1 de dezembro de 2012 um caso excecional no contexto português, pois não se encontrava sob a alçada das autarquias (câmaras municipais de Lisboa e Loures) a que pertencia o território, mas da Parque Expo, empresa de capitais públicos responsável por todo o processo de concretização da Expo'98 e do projeto de renovação urbana que lhe esteve associado.³ Em agosto de 2011, o XIX Governo Constitucional decidiu pela extinção da empresa e no final de 2012 foram aprovados o Decreto-Lei n.º 241/2012, que transferiu a gestão urbana de todo o Parque das Nações da Parque Expo para o Município de Lisboa a partir do dia 1 de dezembro de 2012, e a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que legislou a reorganização administrativa de Lisboa, criando a freguesia do Parque das Nações. Esta transição, que implica alterações na vida do Parque das Nações, emergiu como o momento ideal para colocar um ponto final na pesquisa empírica. Durante os 14 anos de gestão da Parque Expo, os espaços públicos do Parque das Nações foram mais controlados (mais limpeza, mais mecanismos de segurança, maior controlo dos comportamentos coletivos e individuais) do que os do resto da cidade. Construída para o lazer, a *cidade fantasia* (Hannigan, 1998) é o produto final da contradição entre o desejo de ter experiências novas e a relutância em correr riscos, tornando-se assim uma versão higienizada da metrópole, mais limpa, menos perigosa, mais controlada. O Parque das Nações, *cidade imaginada*, não se afasta muito desta lógica.

As novas frentes de água urbanas são vistas como oportunidades para ampliar o reconhecimento e a capacidade competitiva internacional das metrópoles contemporâneas, funcionando como “montras”. A noção de “montra” aqui desenvolvida parte da ideia de Rachel Rodrigues-Malta dos *waterfronts* reconvertidos como *vitruines* onde

2 Nas referências ao caso do Parque das Nações, designa-se o processo de transformação ocorrido por “renovação”. Este é descrito por Nuno Portas como a substituição pura e simples das estruturas físicas existentes como condição apriorística da adaptação das cidades herdadas às necessidades da vida moderna (Portas, 1985 cit. em Menezes, 2005).

3 “A Parque Expo é uma empresa do setor empresarial do Estado, de capitais exclusivamente públicos, fundada em 1993 com o intuito de promover a conceção, construção, exploração e desmantelamento da Exposição de Lisboa de 1998, bem como a conceção e execução do projeto de reconversão urbanística da zona de intervenção da Expo'98.” (em www.parqueexpo.pt).

são trazidas à cena as potencialidades, as singularidades, mas também as qualidades globalizantes, das cidades portuárias que procuram afirmar-se como metrópoles europeias (Rodrigues-Malta, 2004). Para estas áreas, que se tornam das mais visíveis da metrópole, são canalizados avultados recursos e investimentos públicos e privados de forma a mantê-las atrativas, acolhedoras e cosmopolitas. Neste sentido, as “montras” encontram-se em relação dialógica não só com alguns dos espaços de invisibilidade da metrópole, aqueles que congregam poucos recursos e para onde se vai empurrado pela necessidade, mas também outras áreas que sendo igualmente desinvestidas ganharam uma visibilidade negativa (Nunes e Baptista, 2010).⁴

A título de hipótese inicial, postula-se que não obstante a produção destas “montras” ter um carácter socialmente desigual e resultar geralmente em espaços públicos excessivamente planeados e geridos de forma a se apresentarem física e socialmente ordenados, eles acolhem, para além dos previstos, usos, interações e sociabilidades emergentes ou inesperados que em conjunto com os primeiros promovem a sua vitalidade.⁵ A hipótese levanta desde logo várias questões a que se procurará responder ao longo deste trabalho. Que forças concorrem para a transformação de espaços industriais e portuários em espaços-montra das metrópoles como o Parque das Nações? Que consequências têm esses processos de transformação sobre as populações que vivem nesses e desses espaços? Será que esses processos tendem a promover novas formas de desigualdade urbana e metropolitana? De que formas se trata? Como se configuram os padrões de uso dos espaços públicos? Qual o lugar das práticas de lazer nesse processo? Será que a vitalidade da vida pública aqui postulada resulta na produção de significados propriamente públicos e políticos?

A investigação privilegia uma visão da cidade em reinvenção (Baptista, 1999), ou seja, adota-se uma perspectiva de análise que tem em conta o permanente estado de transformação do espaço urbano (Gottdiener, 1997; Lefebvre, 1974) e “pela qual se entende como central a capacidade de invenção dos agentes que participam na vida da cidade”, ideia que nos remete para “o vasto domínio das transformações de conjunto que as cidades, sobretudo as maiores, conhecem” (Baptista, 1999: 1).

Destaca-se ainda, pela sua relevância social e sociológica, a reflexão em torno das novas configurações das desigualdades sociais em contexto urbano que estas transformações implicam. Reflexão que entronca solidamente em todos os debates já mencionados. Neste campo enfatiza-se em primeiro lugar que a canalização de investimentos públicos para estas montras da metrópole aprofundará porventura o desinvestimento em outras áreas menos visíveis. Em segundo lugar, as questões

4 De acordo com os autores, os bairros descritos na linguagem comum como problemáticos ganham visibilidade, nomeadamente por razões de ordem política. Mas nem todos os bairros onde vivem populações social e economicamente carenciadas são etiquetados como bairros problemáticos. Por outro lado, nem só os bairros carenciados são invisíveis: as zonas de residência de populações com maiores recursos constituem também, por outras razões, áreas de invisibilidade.

5 Esta hipótese é inspirada pelo trabalho de Leite sobre o Bairro do Recife “Antigo em Salvador (Brasil)”, que se abordará em vários momentos deste trabalho (Leite, 2001).

ligadas à deslocação e substituição das populações menos capitalizadas e, por fim, a questão da desapropriação, ou seja, do acesso/exclusão dos espaços públicos renovados e re-significados.

As cidades, e as metrópoles em particular, são o *habitat* de um número crescente de indivíduos, famílias e grupos, controlando, sustentando e sofrendo processos de globalização que se agudizam. Os contextos urbanos funcionam como lentes que permitem a observação e interpretação, não apenas da condição urbana, mas igualmente das principais reconfigurações sociais, económicas e culturais das nossas sociedades (May, Perry, Le Galès, Sassen e Savage, 2005; Sassen, 2010).

São várias as disciplinas das chamadas ciências sociais e humanas que tomam a cidade e o urbano como objeto científico e terreno de pesquisa, e a cada uma corresponde um ponto de vista (Cordeiro, 2010). Porém, nenhuma delas tem a capacidade de abarcar a multidimensionalidade do fenómeno em estudo. Para Tim May e Beth Perry, o urbano, como qualquer fenómeno social, não é passível de ser estudado através de lentes disciplinares que recusem ver os limites e as vantagens dos seus modos de análise. Nesta tese parte-se do pressuposto avançado pelos autores de que a interdisciplinaridade tem conduzido a um alargamento dos horizontes da sociologia urbana, ao invés de a uma invasão por parte de outras disciplinas daquilo que é visto como o seu terreno tradicional (May *et al.*, 2005). A sociologia urbana não só tem vindo a incorporar contributos disciplinarmente diversos, como tem contribuído para o *corpus* teórico de outras disciplinas interessadas nas questões urbanas.

O espaço é aqui concebido como produto e produtor das dinâmicas urbanas, ou seja, ele é um produto social, mas também condiciona as ações e interações que nele decorrem. A uma preocupação com os modos de viver o urbano, as práticas e os seus significados, corresponde, em paralelo, a preocupação com os processos conducentes à sua formação. Abrem-se à partida duas perspetivas analíticas que podem parecer antagónicas, mas que são complementares (Certeau, Giard, e Mayol, 1990): a sociologia urbana e a análise socioetnográfica da vida quotidiana. Interligam-se ainda *corpus* e patrimónios científicos da antropologia, da geografia, da história e do urbanismo, de forma a construir o objeto da forma mais sólida e completa possível. Mas, fazendo minhas as palavras de João Teixeira Lopes escritas a propósito das *Novas Questões de Sociologia Urbana*: “As complementaridades, cruzamentos e imbricações interdisciplinares terão o universo concetual sociológico como fio condutor ou arquitetura principal.” (Lopes, 2002: 19).

Neste trabalho mobiliza-se a pesquisa de terreno como “estratégia integrada de pesquisa” (A. F. Costa, 1986: 129), na aplicação da qual o principal instrumento de pesquisa é, segundo António Firmino da Costa, “o próprio investigador e os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto direto, em primeira mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos” (1986: 137). No mesmo sentido, Jean Pierre Olivier de Sardan refere-se à pesquisa de terreno como método polimórfico baseado, de forma muito esquemática, na combinação de quatro grandes modos de produção de dados: a observação participante (inserção prolongada do investigador no contexto de vida dos inquiridos), a entrevista (interações discursivas deliberadamente suscitadas pelo pesquisador),

os processos de recensão (recurso a dispositivos construídos pelo investigador) e a recolha de fontes escritas (Sardan, 1995), aos quais se pode acrescentar a recolha de fontes pictóricas.

A pesquisa de terreno ganhou, em sociologia, um protagonismo que não é despreciando, não existindo diferenças fundamentais quanto ao modo de produção dos dados entre a antropologia e a sociologia dita qualitativa.

A pesquisa de terreno em antropologia (ou em sociologia por vezes chamada “qualitativa”), enquanto modo particular de produção de dados, passa principalmente pela interação prolongada entre o investigador e “meio” que estuda. É principalmente uma questão de saber-fazer, que se aprende pela prática e não é formalizável. Mas esta configuração metodológica específica não é desprovida de princípios nem apenas sujeita aos caprichos da subjetividade. (Sardan, 1995) (tradução da autora)

Com raízes na sociologia e na antropologia, a etnografia urbana, ou seja, o método etnográfico aplicado ao conhecimento da cidade, é “cada vez mais necessária para descobrir a cidade mais próxima das vivências concretas dos seus habitantes e visitantes” (Cordeiro, 2010: 120). O trabalho de Foote Whyte, tal como outros contributos da Escola de Chicago na qual se insere, encontra-se na raiz desta forma de pesquisar a cidade. Foi a leitura de *Street Corner Society* (Whyte, 2002) que me suscitou o entusiasmo para empreender uma aproximação etnográfica à frente de água urbana de Lisboa. O objetivo: conseguir, através do contacto pessoal, ir para além da análise dos resultados físicos da transformação do espaço urbano, procurando reconstituir o processo de produção (Lefebvre, 1974) que nele ocorre. Pretende-se focar a análise nos modos de fazer ao invés de nos indivíduos que protagonizam a ação (Certeau, 2005), ou seja, privilegiar as numerosas práticas quotidianas que permitem aos urbanitas reapropriar-se do espaço organizado por técnicas de produção social. Analisam-se as microações que proliferam no interior das estruturas tecnocráticas e que transformam os seus modos de funcionamento através de táticas articuladas em torno dos detalhes da vida quotidiana.

O estudo de caso através da pesquisa de terreno adequa-se particularmente à investigação de “dimensões articuladas do social” (A. F. Costa, 1986: 137). É certo que os estudos resultantes da aplicação desta metodologia não esgotam, na sua análise, toda a unidade social. Assim, a pesquisa de terreno, através da observação participante, resulta numa descrição detalhada dos aspetos selecionados na construção do objeto de análise e na análise de interligações entre eles.

Neste trabalho, trata-se sobretudo de privilegiar um *olhar de perto e de dentro*, que presta atenção aos detalhes, assimilando o ponto de vista dos participantes (Magnani, 2002) sem deixar de atribuir a importância devida à reconstituição dos processos no seu contexto mais alargado de determinação (Burawoy, 2001). Esta metodologia permite a incorporação na análise dos atores e suas interações que, ao habitá-la de múltiplas formas, dão vida à cidade, introduzindo “outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar ‘competente’ que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo” (Magnani, 2002: 15).

Esta perspetiva é particularmente relevante no caso dos *waterfronts*: fruto de projetos de planeamento urbano — e portanto habitados de noções muito fortes do que se deve fazer e de como se deve desenrolar a vida no seu interior — são também muitas vezes associados a uma vida pública pouco densa. Ao contrário das análises que de fora e de longe veem a cidade como um lugar de fragmentação e isolamento, de rarefação de contactos duradouros, a pesquisa de terreno procura com um olhar de perto e de dentro fazer leituras e interpretações do viver urbano que escapam a esses outros tipos de pontos de vista.

Quando se recorre à pesquisa de terreno enquanto metodologia, o recorte geográfico e o objeto de estudo muitas vezes sobrepõem-se (Beaud e Weber, 2003). Assim, o problema da escolha do terreno acaba por ser o da definição do objeto de estudo e essa questão liga-se às escalas de observação em que se trabalha — centrais nesta pesquisa. Graça Índias Cordeiro questiona “como é que o estudo de partes ou fragmentos da cidade se pode transformar em conhecimento da cidade?” (Cordeiro, 2010: 112). Sugerindo, noutro texto, que tal pode ser conseguido utilizando como recortes etnográficos planos intermédios de análise: os lugares de vida urbana ou “os contextos ou os quadros de identificação local” que podem ser entendidos como uma espécie de cidade intermédia (Cordeiro, 2003). No caso do Parque das Nações, o recorte etnográfico inicial foi ditado por uma circunstância exterior: o próprio plano de urbanização da área, tendo-se posteriormente procedido a uma redefinição: a partir das apropriações quotidianas delimitaram-se sub-recortes espaço-temporais observáveis empiricamente.

Para uma mais profícua aproximação a esses recortes, recorreu-se à análise de situação, desenvolvida no Instituto Rhodes-Livingstone por autores da Escola de Manchester (Gluckman, 1958; J. C. Mitchell, 1996) e mais tarde apropriada por antropólogos urbanos (Agier, 1996; Cachado, 2012; Cordeiro, 1997; A. F. Costa, 1999; Hannerz, 1980). Nesta abordagem, a situação, a interação e o seu quadro emergem como conceitos centrais. Em torno da realidade portuguesa, e sobretudo lisboeta, foram já realizados alguns trabalhos que mobilizaram esta perspetiva. De destacar a análise das marchas populares, mais especificamente a da Bica, por Graça Índias Cordeiro (1997); do fado em Alfama por António Firmino da Costa (1999); e mais recentemente da mudança do templo hindu do bairro de habitação informal da Quinta da Vitória para o bairro municipal Alfredo Bensaúde por Rita Cachado (2012).

Para Mitchell, a abordagem situacional perspetiva-se a partir de duas noções-chave: a situação, na sua coerência interna, e o quadro (*setting/cadre*). A situação resulta da operação que consiste em isolar um acontecimento ou conjunto de acontecimentos a fim de facilitar a sua análise de forma coerente. O cenário, por seu turno, é o contexto estrutural no interior do qual se localizam as interações: o conjunto dos constrangimentos globais passíveis de determinar aspetos da situação (sistemas políticos, densidades residenciais, etc.). Desta forma, e de acordo com a interpretação de Michel Agier (Agier, Petcou, e Querrien, 2007), o interesse analítico da situação é determinado por um lado pela definição *etic*, que a liga aos constrangimentos estruturais e globais: “Vemos e vivemos situações e, a partir daí, seguimos os fios para compreender... é isso a antropologia das situações.” (Agier,

Petcou, e Querrien, 2007: 57) (tradução da autora). Por outro lado, o interesse analítico da situação é também a dimensão *emic*, dos atores, o seu significado partilhado. Tratar-se-á de reportar ao universo de referência e de socialização no qual as interações ganham sentido para os parceiros (Certeau, 2005).

Os três tipos de situação identificados por Agier (1996) foram particularmente úteis para organizar a observação e a análise dos dados nesta pesquisa. A repetitiva, que se presta particularmente bem à observação dos usos dos espaços públicos e práticas de sociabilidade inscritas nas rotinas diárias; a ritual, marcada pelo distanciamento do quotidiano, e neste estudo de caso sobretudo referente a festividades que produzem significados; e a accidental, referente aqui a acontecimentos excepcionais ou periódicos e encontros ocasionais que se tornam importantes na medida em que dão a ver formas de sociabilidade e de apropriação emergentes dos espaços públicos.

Procura-se nos parágrafos seguintes apresentar um resumo global e sistematizado dos materiais recolhidos e analisados através da pesquisa de terreno e dos instrumentos utilizados para o fazer, sendo os principais a observação participante e a entrevista semidiretiva. Como já ficou claro, o terreno principal de pesquisa foi Lisboa, mais concretamente o Parque das Nações. Nessa localização, a pesquisa teve como balizas temporais alargadas outubro de 2008 e junho de 2012, iniciando-se com a realização de um primeiro conjunto de entrevistas exploratórias e terminando quando ficou claro que iria ser criada a freguesia do Parque das Nações. Pode dizer-se, porém, que a pesquisa foi mais intensa entre março de 2009 e agosto de 2011, período em que se concretizaram mais momentos de observação e entrevistas.

No âmbito da observação participante procurou-se incluir quer momentos quotidianos, observando diversos espaços do Parque a diferentes horas e em diferentes dias da semana, quer momentos de exceção, sendo os mais relevantes a Mega Festa do Caloiro (outubro de 2009 e de 2010), a passagem de ano (dezembro de 2010), o Festival Parque das Nações (maio de 2009 e de 2010), que incluiu uma viagem de barco ao longo do Parque das Nações, o Campeonato Mundial de Futebol 2010 (junho de 2010), a cimeira da Nato (novembro de 2010), o Campeonato Europeu de Futebol 2012 (junho de 2012) e o Festival dos Oceanos (agosto de 2009, 2010 e 2011). A maioria dos momentos de observação realizou-se no Parque das Nações e sua envolvente próxima, mas, pontualmente, o Festival dos Oceanos conduziu a observação para outras localizações da frente ribeirinha de Lisboa: em 2009 assistiu-se apenas aos eventos no Parque das Nações, mas em 2010 e 2011 procurou-se estar presente em todos os eventos ou tipos de eventos pelo menos uma vez, num total de 15 eventos no Parque, na Praça do Comércio, no Largo S. Carlos, na Praça Camões, no Pátio da Galé, na Praça do Município, entre outros. As atividades ligadas ao processo de constituição da freguesia do Parque das Nações encaminharam a observação para a Assembleia da República, o Fórum Lisboa, o Teatro Aberto e a Câmara Municipal de Lisboa.

As 43 entrevistas realizadas em Lisboa dividem-se em entrevistas institucionais: com a Parque Expo e com a Associação de Turismo de Lisboa, por exemplo; entrevistas pessoais com indivíduos com diferentes ligações ao Parque das Nações e entrevistas em que o entrevistado é residente ou trabalhador, podendo dar

conta da sua experiência pessoal, e também pertence a uma instituição cujo trabalho é relevante para esta investigação. Não se realizaram entrevistas gravadas com indivíduos que apenas visitavam o Parque, pois o contacto no espaço público é facilitado se se configurar como uma conversa informal. Não se especifica o número de entrevistas para cada categoria pois elas entrecruzam-se: foram entrevistados, por exemplo, vários representantes de instituições que residem no Parque e vários residentes que também ali trabalham.

Este caso permite pensar as articulações local-global (Burawoy, 2001; Hanerz, 1996; Kokot *et al.*, 2008; May *et al.*, 2005; Rodrigues-Malta, 2004), questão que atravessa a discussão teórica e a análise empírica, no sentido em que os novos *waterfronts* emergem na confluência de processos globalizantes com os contextos locais (as políticas, os projetos, as ambições, mas também as condições sociais e físicas específicas). Como tal, o processo histórico e social da sua produção apenas pode ser apreendido através de um trabalho que engrene várias escalas.

A escala microlocal emerge da diversificada vivência quotidiana que os espaços do Parque abrigam, desde práticas de mobilidade apressada a tardes de ócio no jardim ou no centro comercial. Enquanto herdeiro da lógica dos grandes conjuntos residenciais lisboetas do século XX, produto e produtor de novos tipos de dinâmicas metropolitanas — posição potenciada pela sua importância crescente enquanto nó de diversas redes de mobilidade — e lugar onde se tornam visíveis as desigualdades sociais produzidas e reproduzidas por essas dinâmicas, o Parque das Nações ganha relevância no contexto urbano mais alargado. Por envolver os municípios de Lisboa e Loures nesse processo de planeamento urbano, ultrapassando as divisões administrativas concelhias, a sua importância à escala territorial metropolitana fica desde logo emblematicamente marcada. Essa sua localização geográfica, ultrapassando o limite concelhio, o tipo de empresas que atrai e o tipo de serviços e atividades lúdicas que disponibiliza fazem do Parque das Nações a epítome da *edge city* de Garreau (1991), pondo em causa formas tradicionais de organização e governo urbanos e metropolitanos. Enquanto exemplar de um modelo de urbanismo que teve a sua origem em meados do século XX na América do Norte, o Parque das Nações é herdeiro de formas de fazer cidade que se foram alterando e adaptando através da sua implementação em diversas localizações pelo mundo. Assim, é inevitável a sua contextualização à escala global. Neste trabalho, o Parque das Nações é analisado à escala local, metropolitana e global. A frente de água de Boston, por ser uma das pioneiras deste tipo de transformação urbana, figura como caso-modelo de contextualização e ponto de referência internacional.

A possibilidade de produzir conhecimento sobre fenómenos globais a partir de observatórios locais não é uma ideia original: Saskia Sassen destaca que muito do que se passa nas cidades hoje em dia são reflexos locais de processos globais (May *et al.*, 2005: 353) e Michael Burawoy aponta o erro em considerar um oxímoro a expressão “etnografia global” (Burawoy, 2001: 147). Para o autor, a compressão e a distanciação tempo-espaço não são universais, permitindo a etnografia global mostrar que a globalização é um processo extremamente desigual, um artefacto manufacturado e rececionado localmente. Assim, o local já não se opõe ao global, passando a fazer parte da sua constituição (2001: 148).

A noção de etnografia global baseia-se em duas ideias recíprocas. Por um lado, a análise do mundo do ponto de vista dos participantes, que se localizam na intersecção das forças, conexões e imaginações mais remotas, transforma o etnográfico em global. Por outro lado, o global torna-se etnográfico no sentido em que a globalização é produzida e consumida em organizações, instituições, comunidades, etc. A etnografia global permite estudar a *experiência* da globalização, que corresponde ao que se pode chamar “a perspetiva da globalização vista de baixo”. Todavia, o autor insiste, os efeitos da globalização não são homogéneos e ubíquos mas específicos e concretos. Segundo Burawoy, a globalização não pode ser separada dos seus efeitos, ela não é a causa, mas um efeito de processos em cadeias hierárquicas que se espalham pelo mundo. Se os seus efeitos são específicos e concretos, em diferentes localizações obtemos diferentes perspetivas da globalização. Realizar etnografia nessas diferentes localizações, onde um mesmo processo global se instancia, tem como objetivo construir um fresco que permita uma melhor compreensão do todo, das conexões, desconexões e reconexões, ao invés de contrastar perspetivas de cada localização.

Na sua obra *Transnational Cultures*, Hannerz (1996) considera que as noções de espaço e cultura ganham, no atual contexto dos novos nacionalismos, novos significados e requerem estudos sobre processos globais e seu impacto ao nível local. Para o autor, nesta forma de fazer pesquisa de terreno (*fieldwork*), os campos de pesquisa não são meros conjuntos de unidades locais, estão ligados de tal forma que as relações entre eles são tão importantes quanto as relações no seu interior (Hannerz, 2003: 206). A problemática da transformação das frentes de água urbanas não pode ser entendida a partir de um único terreno, pois este último e as dinâmicas sociais que nele se inscrevem estão em permanente diálogo com outros, no mundo inteiro, sujeitos às mesmas lógicas globais. Todavia, assere Hannerz, não é possível ter um conhecimento etnográfico de todos os terrenos sugeridos pela problemática de investigação. Em consequência, esta prática envolve sempre uma seleção de terrenos, de entre o conjunto alargado de todos os que poderiam ser incluídos. Essa seleção é muitas vezes realizada gradualmente e cumulativamente à medida que a investigação avança.

A escolha de Boston, uma das primeiras cidades a iniciar o processo de revitalização da sua frente de água (anos 1960), enquanto terreno secundário de pesquisa, ficou a dever-se ao seu valor seminal. No sentido em que é, em vários aspetos, modelo e inspiração para intervenções noutras localizações. Deve-se ainda ao facto de o processo continuar em curso, atravessando décadas e adotando, ao longo do tempo, diferentes abordagens.

Em Boston, a observação realizou-se entre maio e julho de 2009 e junho e julho de 2010 em várias secções da frente ribeirinha, procurando-se elementos e situações que fossem comparáveis com o caso em estudo em Lisboa. Em 2009, realizaram-se observações a várias horas do dia e dias da semana de diferentes espaços públicos junto ao porto de Boston, complementadas com conversas informais com visitantes, trabalhadores e residentes e na participação em eventos ali realizados, entre os quais a Volvo Ocean Race, o Boston Common Weekend, o Sail Boston, os Fort Point Summer Concerts, o Cambridge River Festival e o Harborfest. Realizaram-se também

uma série de visitas guiadas com associações ligadas ao porto (North End, Greenway, Fort Point, Fan Pier, Chinatown, Harborwalk) e uma série de viagens de barco no porto interior de Boston. Em 2010, a observação foi focada no Boston Harborfest, tendo-se assistido a 38 dos 200 eventos que ocorreram nos cinco dias de festival. Em Boston realizaram-se 21 entrevistas, dos mesmos tipos que em Lisboa.

No que respeita a outro tipo de informação analisada contam-se: dados estatísticos, documentos pessoais dos entrevistados, fotografias de arquivo, legislação, planos de urbanização, notícias, artigos de opinião e anúncios comerciais e promocionais na imprensa escrita.

Os pacotes de dados estatísticos analisados são relativos à população da Área Metropolitana de Lisboa nos censos de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 e à população residente nas subsecções estatísticas que compõem o Parque das Nações nos censos de 1991, 2001 e 2011.

No que diz respeito à análise de imprensa, recolheram-se 1) notícias impressas de forma sistemática no jornal *Expresso* entre 1998-2008 e 2) de forma não sistemática no dossiê de imprensa do Gabinete de Estudos Orlisiponenses entre 1994-1998; recolheram-se ainda 3) anúncios promocionais e anúncios comerciais imobiliários no jornal *Expresso* entre 2000 e 2002 e 4) notícias *online* (2008-2012) com o objetivo de obter informação contextual em torno dos acontecimentos, debates e polémicas que se prendem com os *waterfronts* de Boston e de Lisboa.

Consultaram-se também o diário da Assembleia da República, legislação e planos de urbanização referentes às áreas em estudo em Lisboa e Boston, respetivamente nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa e da Boston Redevelopment Authority e ainda *sites* institucionais, blogs pessoais e fóruns.

Este trabalho de investigação organiza-se em quatro capítulos. São precedidos desta introdução, cujo título, “Bem-vindo a bordo”, remete para o primeiro *slogan* publicitário do Centro Comercial Vasco da Gama, uma referência à temática náutica do centro, de todo o Parque na verdade, e complementados com uma breve conclusão.

As principais reflexões teóricas que enquadram a pesquisa congregam-se no primeiro capítulo, o que não foi impedimento à introdução, ao longo do texto, de breves apontamentos remetendo para contributos mais específicos a cada tema abordado. Destacam-se nesta abordagem geral os contributos para a compreensão das transformações em frentes de água urbanas no âmbito da competitividade interurbana à escala global, tema que suscitou o debate em torno dos processos de metropolização e gentrificação, mas também do lugar dos espaços públicos nas cidades e metrópoles contemporâneas. A produção e reprodução de desigualdades sociais associadas aos fenómenos em estudo não ficam de fora deste esforço de sistematização concetual. Nesse âmbito, este trabalho está alinhado com o posicionamento da obra *Cities for People, Not for Profit*, onde Brenner, Marcuse e Mayer (2012) enfatizam a prioridade política de construir cidades que correspondam às necessidades humanas ao invés do imperativo capitalista do lucro e fechamento espacial. Na sua esteira, apesar da escala local da pesquisa, procura-se aqui:

[...] contribuir com recursos intelectuais que possam ser úteis para as instituições, movimentos e atores que visam reverter a hipermercantilização contemporânea da vida urbana, e a partir daí promover formas de urbanismo alternativas, radicalmente democráticas, socialmente justas e sustentáveis. (Brenner *et al.*, 2012: 2) (tradução da autora)

Do debate teórico resultaram várias questões para as quais se buscaram hipóteses de resposta ao longo do trabalho. Poderemos considerar o processo que deu origem ao Parque das Nações gentrificação? Constituirá o Parque das Nações uma nova centralidade metropolitana? Poderão as sociabilidades, usos e apropriações acolhidos nos espaços públicos do Parque das Nações promovê-lo enquanto lugar de interação política e manifestação pública de divergências e conflito? São algumas que se destacam.

No segundo capítulo reconstitui-se o processo de transformação de que foi alvo a faixa ribeirinha onde é hoje o Parque das Nações. Não sem explorar brevemente o processo de metropolização de Lisboa e a história da sua zona ribeirinha oriental, definida de forma vaga como a faixa entre Santa Apolónia e Beirolas. O objetivo principal do capítulo é procurar responder às questões colocadas no capítulo um, operacionalizando o conceito de *new build gentrification* (Davidson e Lees, 2005, 2010) através da análise de três dimensões: da economia, da paisagem e das populações. O capítulo termina com uma reflexão em torno da memória dos espaços públicos urbanos.

O terceiro capítulo descreve e interpreta a configuração espacial e social do Parque das Nações. Descritas as propostas do plano de urbanização e a paisagem urbana que originou, ponderam-se as características de centralidade criadas. Analisam-se, de seguida, estratégias culturais de manipulação dos significados presentes na paisagem urbana, através da tematização dos edifícios e da toponímia, por exemplo, mas também através da promoção imobiliária. Os discursos e as práticas de gestão urbana da Parque Expo, no sentido de tornar os espaços públicos atrativos, limpos e seguros, são o tema que se segue. É após a análise do processo de criação da freguesia do Parque das Nações que se chega ao último capítulo.

Este debruça-se sobre a “lógica interativa” (Leite, 2002) do quotidiano nos espaços públicos do Parque das Nações, organizado em duas escalas: uma de proximidade, outra baseada na metrópole e na mobilidade metropolitana. Interpretam-se dados resultantes da observação de situações tão diversificadas como a Cimeira da Nato, a Feira Rural, a Lady Gaga Flash Mob, o Festival dos Oceanos ou a manifestação de taxistas de julho de 2012.

O trabalho caracteriza-se por uma lógica iterativa: entre as diferentes escalas geográficas, notem-se os apontamentos comparativos com a frente de água de Boston que foram sendo introduzidos ao longo do trabalho; mas também entre o passado e o presente. A estrutura narrativa tem por objetivo produzir cumulativamente conhecimento sobre o processo de produção social (Degen, 2008; Lefebvre, 1974) do Parque das Nações e dos seus espaços públicos, tornando possível e profícua a análise microssociológica concretizada no último capítulo.